

A Educação Escolar na Comunidade Quilombola: uma análise a partir da lei 10.639/03

DOI 10.29327/235555.1.3-4

Josimário José Silva de Siqueira¹

Débora Quetti Marques de Souza²

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a Educação Quilombola a partir da implantação da Lei 10.639/03. Para realização desta pesquisa foi feito um estudo de campo realizado em uma escola pública municipal localizada na cidade de Caetés-PE. A fundamentação teórica está pautada em autores como Carlos Brandão (1995) e Magdalena Almeida (2013). Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica também foram utilizados para elucidar questões importantes nesta discussão. A organização metodológica está pautada em uma pesquisa qualitativa no intuito de perceber como a Lei 10.639/03 contribui no processo de ensino/aprendizagem da igualdade étnico, social e racial da comunidade e escola quilombola. Ao final da pesquisa foi possível perceber que é necessário ampliar as políticas públicas voltadas para a educação quilombola e adequá-las às necessidades locais, considerando o contexto escolar e da própria comunidade no que diz respeito a valorização das suas culturas, vivências e histórias.

Palavras-chave: Educação. Educação Quilombola. Lei 10.639/03.

Introdução

Atualmente, a educação está passando por vários momentos de transformações. Dentre estas, podemos citar o processo de universalização da educação que visa prover o acesso e permanência de todos e todas nas escolas, independente de raça, cor, classe ou status social. Nesse sentido, a educação vem sendo ampliada, tanto no espaço rural quanto urbano. Frente a essa perspectiva de ampliação, o Ministério da Educação (MEC) tem buscado meios para aprimorar a educação

através da proposição de políticas/medidas/leis/projetos educacionais que visam à inclusão, o acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos no sistema público de ensino brasileiro.

¹ Egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Garanhuns. Egresso do curso de especialização em Psicopedagogia da UNIASSELVI e especialização em Educação Especial Inclusiva UNIASSELVI. Endereço eletrônico josimario.upe@gmail.com.

² Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, *Campus Garanhuns*. E-mail: debora.souza@upe.br.

A partir dessa assertiva, nos propomos a realizar um trabalho sobre educação étnico-racial. Para tal, fizemos uma pesquisa de campo numa Comunidade Quilombola localizada no município de Caetés do estado de Pernambuco. A pesquisa realizada nessa comunidade foi muito significativa para o nosso objeto de estudo, pois, foi possível identificar as contribuições para amenização do racismo e preconceito racial a partir das orientações encontradas nas legislações que tratam do tema e nas aulas e projetos aplicados na escola estudada para conscientizar os educandos na sua formação cidadã, possibilitando o conhecimento dentro do processo de ensino e aprendizagem, não só em ambientes quilombolas, mas também em outros ambientes de ensino e aprendizagem e nos meios sociais.

O objetivo geral desse artigo é analisar a educação quilombola via políticas públicas de promoção da igualdade social e racial. Todo o percurso metodológico, de coleta e análise dos dados foi importante para refletir sobre o problema de pesquisa que norteou nossos estudos. Este esteve alçado sob a seguinte questão: como as políticas públicas de educação têm promovido à igualdade social a partir da educação quilombola?

Os resultados apontaram para uma realidade em que a presença da discriminação racial entre os estudantes e até mesmo dos sujeitos da comunidade escolar quilombola, de uma forma geral, ainda é forte e visível tanto dentro do espaço da escola, entre alunos/alunos, como entre professor/aluno e comunidade/escola. Esses dados preocupam na medida em que fazem crescer o desrespeito e desvalorização dos estudantes da comunidade escolar em sentidos pejorativos.

Breve conceituação da educação

Educação é um processo contínuo de formação de ensino e aprendizagem envolvendo todos os indivíduos. Na etimologia da palavra, educação vem do latim *Educare*, de um derivado de EX, que significa “fora” ou “exterior” e *DUCERE*, que tem o significado de “guiar”, “instruir”, “conduzir”, ou seja, a condução para o exterior. A educação acontece em vários espaços/momentos da vida dos cidadãos e em cada um de forma diferente, pois a educação não é igual mesmo que o convívio seja

diário, assim como também o ensino é diferente junto com a aprendizagem. Em se tratando de educação, Brandão (1995, p. 7) afirma:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, a igreja ou na escola de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser, para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1995, p. 7).

Pensar a educação a partir das relações sociais estabelecidas possibilita uma compreensão de ensino/aprendizagem onde os indivíduos aprendem, a saber, para conhecer e/ou reconhecer seu espaço social e cultural e as diferenças entre o meio social do seu cotidiano, assim a fazer exercitando sua cidadania plena obtendo coragem de vivenciar, de experimentar, de exercer a cidadania e, desta forma, ampliar seu conhecimento.

Assim, a educação invade a vida de todas as formas, espaços e lugares diversos pelo mundo, adquirida no cotidiano do indivíduo ocorrido em redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração para outra seja no cultural e social, em todos os sentidos do ver, sentir, ouvir, tocar, falar, observar e ler informações.

Para Brandão (1995), a educação não pode se apresentar como uma única forma ou como um único modelo. Esta pode ser vivenciada em todos os lugares onde ocorre socialização. Outros autores também contribuem para pensar o conceito de educação, é o caso de Durkheim que percebe a educação como:

[...] a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto por meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Na visão deste autor, a educação é concebida como um processo de transmissão de conhecimentos adquiridos de uma geração a outra, perante o convívio social da criança até chegar à fase adulta.

Partindo dos conceitos de educação apresentados, é possível perceber a amplitude que paira sobre o processo educativo, no tocante de que não há um

modelo ou uma única forma de fazer educação, esta se encontra nos mais diversos espaços sociais. Perceber a educação como um processo interligado às práticas sociais é importante no sentido de compreender como esta deve ocorrer no âmbito da escola, em especial a que se situa nas comunidades quilombolas.

A educação quilombola como uma política pública: Lei nº 10.639/03

A Lei 10.639/03, passa a ser implantada no Brasil, no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob a coordenação do Ministro da Educação *Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque*, com o intuito de alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Esta versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Foi instituída para que as escolas tomem consciência de valorizar e respeitar as diversidades étnico-raciais inseridas no ambiente escolar. Nesse sentido a lei vem se contrapor à perspectiva adotada até então pelas escolas que era a de trabalhar a conscientização étnico-racial especificamente no dia 20 de novembro, o dia Nacional da Consciência Negra. A partir da criação desta lei a escola passa a trabalhar a conscientização negra, junto aos estudantes, em todos os processos de ensino e aprendizagem, em vários momentos do ano letivo. Em seu artigo 26-A, deixa claro que, a partir de sua publicação, "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003, p.1).

O estudo obrigatório da Cultura Afro-Brasileira na escola, é um grande avanço no que diz respeito as políticas de disseminação e conscientização étnico-raciais para todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais é necessário partir de:

Uma concepção de educação e aquisição de conhecimentos que vá ao encontro dos interesses emancipatórios que as comunidades quilombolas vêm construindo desde o período escravista, requer a promoção de uma leitura de mundo que dê ênfase a sua trajetória histórica, como lembrança viva de que o tempo não esvaece a disposição para transformar. Ser quilombola é estar sempre as armas da perseverança, sabedoria e solidariedade coletiva (BRASIL, 2010, p. 149).

Diante do contexto escravocrata presente na história brasileira, a escola precisa urgentemente desenvolver práticas e ações educativas que contribuam para o processo de reflexão sobre os fatos que marcaram a história brasileira, a fim de superar o preconceito, a segregação e a não aceitação das diferenças entre as pessoas. Foi pensando nessa perspectiva que o governo brasileiro, desde o início dos anos dois mil, vem criando políticas públicas educativas de aceitação e preservação das diferenças e das relações étnico-raciais, principalmente nas comunidades onde a história e a cultura de um povo precisam ser resgatadas e vivenciadas, como é o caso das comunidades quilombolas.

Toda criança tem o direito a educação, onde são educadas nos espaços de convivência social e escolar, formando ideias sobre sua identidade étnico-racial por meio da escola que favorece oportunidades para todos, incluindo identidades rurais e urbanas formando um cidadão valorizado e respeitado diante das suas atitudes críticas. A escola, neste caso, pode ser um espaço de valorização e incentivo às práticas reflexivas, críticas e pensantes desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino fundamental até a chegada ao Ensino Médio. Sobre esse assunto é importante frisar que:

Enquanto direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade, o Ensino Fundamental deve constituir-se em seu tempo e espaço de formação para a cidadania, articulando ao direito a identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e ao direito à igualdade (BRASIL, 2013, p.450).

Ao longo dos estudos e aprendizagens na formação dos(as) educandos(as) da comunidade quilombola, o processo de ensino deve abordar assuntos e aulas práticas que envolva o cotidiano dos sujeitos para conhecer e valorizar sua cultura e costumes a fim de serem trabalhados em sala de aula. O parágrafo 2º do artigo 26-A, da Lei nº 10.639/03, explicativo que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003, p.1). Portanto, na medida em que temos uma Lei que garante a vivência de conteúdos voltados para o fortalecimento e reconhecimento das comunidades quilombolas/da cultura afro-brasileira, como grupos sociais imprescindíveis para a

formação da história e cultura brasileiras cabendo as instituições de ensino, colocar em prática o que prevê a legislação, formando assim estudantes capazes de intervir nos contextos sociais em que vivem a fim de preservar suas tradições, cultura e história. No tópico seguinte, daremos ênfase à importância da preservação da cultura/história/costumes e vivências das comunidades quilombolas e a reverberação destas no cotidiano da escola.

A importância da preservação dos costumes, dos valores e da cultura quilombola na escola

Os costumes, os valores e a cultura quilombola são artefatos simbólicos que devem ser preservados e disseminados por meio das mais diversas formas de expressões artísticas dentro do espaço escolar. Na escola que serviu de análise para este trabalho, foi possível identificar vestígios remanescentes da cultura afro-brasileira. É o caso do Samba de Coco praticado na comunidade quilombola de forma artística. O coco de roda é um ritmo tradicional do Nordeste, em que a sua origem foi pelos povos negros indígenas e africanos. O coco surgiu no quilombo em que os povos se uniam em uma roda para dançar escolhendo seu par, que também é conhecida como umbigadas. Para isso, a dança e a tradição musical tornaram-se um privilégio de transmissão de conhecimento e uma tradição popular.

A cultura do samba de coco é resgatada na escola campo de pesquisa a partir da vivência dos estudantes em ações e projetos que resgatam um pouco da história e dos costumes que os antepassados exercitavam no seu cotidiano e durante as festividades realizadas na comunidade. O samba de coco está presente como parte integrante do currículo da escola e, também, são convocados para realizar apresentações no Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), em Universidades e em outros municípios ganhando notoriedade, conhecimento e desenvolvimento em suas práticas e expressões artísticas. Sobre essas formas de manifestações artísticas, Almeida (2013, p. 22) afirma que:

Trata-se de um panorama geral, com informações sobre as manifestações que devem oferecer material de pesquisa para aproximações futuras com as formas de expressões conhecidas como samba de coco e para o modo como as práticas educativas se verificam nas relações familiares e comunitárias, além das alternativas oferecidas pelo Estado, numa intencionada relação de preservação patrimonial (ALMEIDA, 2013, p. 22).

Assim, a participação do Estado, via políticas públicas, é de suma importância nas práticas educativas presentes na comunidade quilombola, na educação dos aprendizes, principalmente para as gerações futuras.

A formação continuada para os professores e a vivência de projetos educativos na escola, também são importantes para a preservação da cultura na comunidade quilombola e para inclusão social dos que nela residem:

Como princípio, a inclusão social, por intermédio da formação parece ser um caminho para viabilização de políticas culturais. Formação para acesso aos editais, para elaboração de projetos, mas também para preservar memórias de expressões culturais (ALMEIDA, 2013, p. 60).

Para que essas memórias sejam preservadas, a escola deve apoiar e debater assuntos vivenciados na comunidade quilombola, principalmente quando se trata dos costumes, valores e cultura agregados pelos povos.

Atividades culturais envolvendo dança, teatro, música e as mais diversas expressões artísticas, podem contribuir para o resgate das origens quilombolas nas comunidades remanescentes. Atualmente, alguns autores, a exemplo de Almeida (2013), enfatizam a importância da preservação das manifestações culturais e artística e dá destaque ao samba de coco ao afirmar que este é:

[...] objeto de publicações, cujos registros resultam principalmente da oralidade que caracteriza os conhecimentos sobre a brincadeira, mas os estudos consultados tratam de uma dualidade: origem histórica e formas de apresentação, respaldados na tradição, que aparece como uma espécie de escudo para conferir autenticidade ao que se quer folclórico (Op. cit. p. 75).

As manifestações artísticas realizadas durante o Dia da Consciência Negra, folclore, dia do índio e em outras ocasiões, atribui o saber e o aprender na educação, para serem estimuladas e resgatadas pelas crianças como uma forma de cultura tradicional aos membros da comunidade quilombola. Entretanto, não devem ser meios exclusivos de apreciação destas culturas.

No momento da pesquisa de campo foi possível perceber a preservação da cultura e tradições quilombolas no espaço da escola e da comunidade que a rodeia. O Samba de Coco, da Banda de Pífano e do Reisado são, por vezes, resgatados na

escola e na igreja, localizada na comunidade, para que as crianças e jovens tenham acesso através dos mais experientes e idosos. Nos tópicos seguintes apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa assim como as coletas e análises dos dados obtidos.

Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A metodologia utilizada para realização deste trabalho parte de uma abordagem qualitativa que visa uma maior compreensão dos dados apurados numa instituição de Ensino localizada na cidade de Caetés do estado de Pernambuco. Segundo Minayo (2001, apud GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Essa escola, campo de pesquisa, atende a estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental oriundos da comunidade quilombola e de outras comunidades próximas.

Foram realizadas observações e aplicação de questionários, com intuito de conhecer um pouco do dia a dia da escola no que tange ao nosso objeto de estudos. Neste sentido, optamos por utilizar o estudo de caso como ferramenta metodológica de coleta de dados. Para Fonseca (2002, p.33 apud GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 39): “Um estudo de caso pode ser considerado como estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social”. Visa conhecer em profundidade o como o porquê de uma determinada situação que se supõe ser uma em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Descrição e Análise dos Dados

Para a realização da pesquisa de campo aplicamos um questionário aos professores que trabalham na escola, reconhecida como uma instituição de ensino

quilombola. Inicialmente, foram elaboradas questões com o objetivo de levantar o perfil desses professores, como idade, sexo, naturalidade, escolaridade e tempo de serviço na instituição campo de pesquisa. Em relação a idade, constatamos que 14,3% dos entrevistados têm idade entre 21 e 29 anos, 57,1% têm a idade entre 30 e 36 anos e 28,6% tem a idade entre 41 e 44 anos.

Quanto a naturalidade, 100% dos professores nasceram na cidade de Caetés, que fica localizada no estado de Pernambuco. Foi constatado que todos os professores são do sexo feminino. Os fatores idade e naturalidade são importantes para o nosso estudo, pois retratam o processo temporal e identitário dos professores com a cultura quilombola. Como 100% dos professores nasceram na cidade em que a escola fica localizada, isso leva a crer que a cultura quilombola faz parte da vida destes desde a mais tenra infância.

Em relação à escolaridade identificamos que, 57,1% têm o curso de Licenciatura em Pedagogia completo, 28,6% estão realizando graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, e 14,3% não quiseram responder esta questão. Das professoras participantes da pesquisa, 14,3% têm especialização em Psicopedagogia.

Quanto ao tempo que está exercendo e atuando como professora daquela instituição de ensino da comunidade quilombola foi ressaltada que 28,6% estão trabalhando como profissional há 2 e 3 anos, 28,6% trabalham há 8 anos e 42,8% está entre 12 e 22 anos na escola.

Nas questões seguintes, priorizamos o levantamento de dados voltados especificamente para o nosso objeto de estudos.

Questionamos qual a compreensão sobre o quilombo e sua importância, as professoras da instituição de ensino relataram que:

P1 Quilombo era onde os negros escravizados se refugiavam. Hoje, a comunidade quilombola é local onde a cultura afro é preservada e praticada pelos quilombolas.

P5 Quilombo é um grupo de pessoas que se conhecem com a mesma ascendência étnico-racial, é a importância, é a relevância de ter uma diversidade cultural ampla na comunidade que vai passando de geração para geração.

P7 De modo específico reflete sobre as relações entre a escola do campo quilombola e os respeitos aos direitos à educação afrodescendentes na comunidade quilombola. Na perspectiva de vencer preconceitos e se apropriar da realidade da história do sujeito e da sociedade, na expectativa de mudança de valores e conquistas no contexto sociocultural.

Verifica-se que os conceitos apresentados pelas docentes têm relação com o que identificamos durante a construção do nosso referencial teórico. A exemplo do que diz BRASIL (2010, p.149): “As comunidades quilombolas vêm sendo construídas desde o período escravocrata com uma leitura de mundo em relação à trajetória histórica para prevalecer a cultura, sempre com armas de perseverança, sabedoria e solidariedade”.

Perguntamos também se existe formação/capacitação para os professores sobre a educação quilombola, 42,8% dos professores responderam que não existe, mas 57,2% responderam que existe sim formação/capacitação para os professores, logo houve uma formação na cidade de Recife-PE e nem todos os professores participaram deste evento.

Entendemos que a formação deve acontecer com periodicidade, de forma contínua e não de maneira isolada e esporádica. Almeida (2013, p. 60) afirma que: “A formação parece um caminho para viabilização das políticas culturais, assim dando acesso a elaboração de projetos para preservar memórias culturais existentes na comunidade”.

No questionário, buscamos informações relacionadas as dificuldades enfrentadas na escola pelos professores que trabalham na comunidade quilombola. Abaixo apontamos algumas das respostas coletadas:

P2 As dificuldades de alunos e pais que não se identificam como quilombola.

P3 Enfrentamos dificuldades de alguns alunos não aceitar e valorizar a comunidade quilombola mais tem projeto encaminhado.

P4 A falta do autorreconhecimento.

P7 Conscientizar os estudantes que não se identificam como remanescente quilombola.

São muitas as dificuldades que se apresentam. Chama a atenção as voltadas para a não aceitação/reconhecimento como quilombola por uma pequena parcela de estudantes.

Questionadas se o currículo da escola traz aspectos da cultura quilombola ou se segue o currículo comum, as professoras relataram que:

P1 Não, segue o mesmo currículo das outras escolas, pois a escola atende a alunos de fora da comunidade.

P2 É diferenciado, pois seguimos a atender a educação quilombola que é diferenciado das outras comunidades escolares.

P3 Segue o mesmo currículo, mas seguimos aulas voltadas para o projeto da escola em relação a educação quilombola.

P4 Segue o mesmo currículo, mas sempre adequamos atividades que envolva a cultura local.

P5 É diferenciado, pois ele contempla pedagogicamente a comunidade quilombola com os projetos voltados para a comunidade.

P6 Não existe um currículo específico para educação quilombola, porém procuro sempre adaptar o tema ao ensino de forma diversificada.

P7 Não, mas está em processo de construção. Porém, a escola segue o mesmo currículo, dentro desse currículo temos prioridades voltadas para afrodescendente.

As respostas, apesar de variadas e de apresentarem contradições por ora afirmarem que existe um currículo específico, ora afirmarem que segue o currículo padrão do município, percebemos, durante nossas observações que, não existe um currículo voltado para a realidade quilombola, na qual a escola encontra-se inserida. Nesse sentido, procuramos saber se o Projeto Político Pedagógico da escola traz algo voltado para a realidade quilombola, 14,3% indicaram que sim, que existe um PPP voltado para a realidade da escola, e 85,7% disseram da ausência de um PPP voltado para a realidade quilombola.

Considerando que a escola não dispõe de um PPP voltado para a preservação da cultura quilombola, cabe ao docente construir um planejamento de acordo com as necessidades advindas da comunidade. Nesse sentido, perguntamos aos professores qual a forma com que eles vêm desenvolvendo atividades voltadas

para a educação quilombola na escola em sua sala de aula. Estes, responderam que:

P1 As atividades são desenvolvidas durante a vivência da consciência negra em novembro. As atividades referentes a educação quilombola são trabalhadas nos períodos de evento.

P2 Com palestras, produção de textos africanos, dança “Samba de Coco”, textos africanos, vídeos, desenhos leituras e entrevistas.

P3 Através de conversas, explicações e músicas.

P4 Através de pesquisas, diálogos, roda de conversa, vídeos afrodescendentes e debates.

P5 Através dos projetos desenvolvidos na escola na perspectiva de minimizar o preconceito existente e a conscientização que está em falta.

P6 Procuo sempre dialogar, passar vídeos, textos, contos africanos e explicar sobre a Lei 10.639/03 para eles conhecerem de algo que lhes favorecem.

P7 Através de pesquisas, teatros, músicas, danças, brincadeiras, vídeos, viagem com os estudantes.

Assim, existe uma intenção dos professores em desenvolver atividades voltadas para o contexto histórico e cultural afrodescendente. No entanto, é importante que a escola formalize essa intenção no currículo e no PPP, principal instrumento identitário da escola.

Perante o contexto nacional percebemos que desde o início dos anos 2000, diversas políticas públicas foram elaboradas visando a preservação das culturas, tanto afro-brasileira quanto indígenas. Perguntamos as professoras se elas perceberam algumas mudanças nos últimos 15 anos e de que forma essas vêm contribuindo para a melhoria das comunidades e da educação quilombola. As respostas foram:

P1 Sim, reconhecendo a educação quilombola de forma que deixa a critério dos representantes da comunidade fazerem adaptações no currículo, para valorizar o processo de ensino-aprendizagem das crianças quilombolas.

P4 Sim, através do apoio na melhoria do desenvolvimento das comunidades com distribuição de alguns recursos.

P5 Sim, as políticas públicas trazem benefício para a comunidade, a valorização da cultura, do artesanato, cisternas, distribuição de sementes e casas populares.

P6 Vem contribuindo bastante, mas é necessário que se abra um leque de aceitação e busca por parte da equipe escolar para que essa situação seja ampliada.

P7 Sim, pois com a Lei 10.639/2003 as escolas têm como obrigatoriedade trabalhar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no processo educativo, sem falar das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

É notório que nos últimos quinze anos o Brasil deu uma guinada nas políticas públicas de fortalecimento dos movimentos sociais e de incentivos a preservação da cultura afro-brasileira ou quilombola. No entanto, as escolas ainda apresentam resistência em assumir suas identidades culturais, mesmo diante de tantos projetos e ações governamentais. Os órgãos que conduzem a educação devem se empenhar em fortalecer essas políticas, projetos e ações. Nesse sentido, perguntamos as professoras se elas recebem apoio da Secretaria de Educação para desenvolver atividades pedagógicas voltadas para o fortalecimento da cultura-brasileira e qual tipo de apoio:

P1 Sim, nas escolas que essas atividades são desenvolvidas tem ajuda financeira, materiais, apoio na segurança e na organização dos eventos.

P2 Sim, material didático, apoio a projetos elaborados pela própria escola e recursos financeiros.

P3 Sim, mas o ano está em processo de desenvolvimento para trabalhar o fortalecimento da cultura.

P4 Sim, com todos os materiais necessários para melhor desempenho do ensino-aprendizagem.

P5 Sim, ela sempre está apoiando no desenvolvimento das ações dos projetos fornecendo material didático para este desenvolvimento.

P6 Sim recebe o apoio. Quando a escola se disponibiliza a desenvolver tais atividades da Secretaria de Educação tem dado total apoio com todo material necessário.

P7 Sim, temos o fortalecimento de materiais diversificados: cartolinas, TNT, tinta guache, EVA, fantoches, som, DVD, TV, data show etc.

Com essa ajuda, dada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), os professores organizam festivais e eventos diversificados com o objetivo de vivenciar a cultura afrodescendente na escola.

Mas, a SME deve ir além e tomar para si a responsabilidade de promover e incentivar o resgate às mais diversas culturas através da implementação do currículo obrigatório previsto na Lei 10.639/03, planejamento, avaliação e acompanhamento assíduo dos trabalhos que são desenvolvidos nas escolas que apresentam características culturais específicas, como é o caso da escola campo dessa pesquisa.

Perguntamos ainda, aos professores, qual a percepção dos estudantes sobre a sua própria comunidade, as respostas foram as seguintes:

P2 Os alunos se interessam mais pelas culturas participando das atividades da comunidade e que eles não deixem que as culturas acabem, assim como está acontecendo com a Banda de Pífano.

P3 Eles conhecem um pouco da cultura, mas ainda não aceita como quilombola, muitos dizem que os pais são e eles não são quilombolas.

P4 A maioria gosta de participar das atividades culturas presentes, estamos tentando resgatar a Banda de Pífano existente na comunidade e está em estudo formar uma Banda de Pífano mirim na escola.

P5 A percepção já mudou muito depois, através da realização dos projetos pedagógicos durante o ano, foi fortalecido as culturas existentes na comunidade.

P6 Atualmente esse tem uma compreensão maior do assunto, pois a escola hoje vem trabalhando um pouco mais sobre o tema.

P7 Muito boa, onde mais de oitenta e cinco por cento dos estudantes identificam-se negros, reconhecendo a relevância e força de ser quilombola.

Finalizando nossas perguntas, no questionário aplicado, questionamos aos docentes se a escola se considerada de fato quilombola ou o que falta para que a esta se reconheça como tal. Os professores responderam que:

P1 Falta de iniciativa do corpo docente da escola.

P2 A participação da comunidade escolar e dos professores.

P3 Temos professores que não reconhecem sua identidade como quilombola como tem alguns alunos da própria comunidade.

P4 Para que seja considerada é preciso que todos os professores se auto reconheça como quilombola.

P5 Falta de as pessoas conscientizarem como sujeitos pertencentes da comunidade quilombola. Pois ainda existem pessoas que ignoram suas raízes culturais e a importância de ser quilombola.

P6 Que se tenha formação específica para o professor e que o currículo seja diferenciado para escola quilombola. Também que trabalhe a lei 10.639/03.

P7 A escola já é considerada quilombola. O que está faltando mesmo é o P.P.P. que está em processo de construção.

A falta de reconhecimento da escola como sendo partícipe de uma comunidade quilombola, o não reconhecimento dos próprios estudantes e a não existência de um PPP voltado para as necessidades da escola, são vistos pelos professores como grandes desafios. O autorreconhecimento da identidade escolar é essencial para a realização de um trabalho que contemple o que versa a Lei 10.639/2003, sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Nas observações realizadas na escola percebemos que o processo de inclusão é feito através da consciência de que a escola dispõe de uma cultura e uma história própria, que têm raízes fincadas na comunidade quilombola e que é importante valorizar esse processo. Durante os recreios percebeu-se que as crianças se respeitavam e cuidavam umas das outras nas suas diferenças de gênero e dificuldades de mobilidade e motricidade, como é o caso das crianças que apresentam necessidades educativas especiais. Entretanto, alguns casos que incluem desrespeito e preconceito também foram observados.

Considerações Finais

O resultado obtido, neste artigo, permite concluir que as professoras têm se esforçado para desenvolver práticas e ações voltadas para a preservação da cultura afrodescendente na escola. Porém, ainda não tem formação/capacitação realizada pela Secretaria Municipal de Educação para a educação quilombola, mas houve um

curso de formação para as docentes, com isso foi elaborado um projeto aplicado na escola de acordo com a realidade vivida pelos educandos.

A Lei 10.639/03 prevê a implantação, nos currículos das escolas, de forma obrigatória, a fim de promover o acesso ao conhecimento das origens do povo brasileiro, suas pluralidades étnico-raciais e a importância da cultura quilombola para o fortalecimento dos processos identitários.

A educação quilombola, na escola campo desta pesquisa, apresenta dificuldades em implementar a política de promoção de igualdade social. Os próprios estudantes ainda estão passando por processos de se reconhecerem nessa cultura ou realidade, a escola não dispõe de um currículo próprio, nem de um PPP que verse sobre essa realidade.

Este trabalho se encerra com a certeza de que estudos assim são capazes de valorizar as comunidades quilombolas sobre sua riqueza cultural e histórica e que não adianta implementar leis, decretos e projetos, se antes não se faz um processo de reflexão e conscientização sobre os mais diversos contextos e culturas. Após as análises realizadas constatamos que é necessário ampliar as políticas públicas voltadas para a educação quilombola e adequá-las às necessidades locais, considerando o contexto escolar e da própria comunidade no que diz respeito a valorização das suas culturas, vivências e histórias presentes neste espaço.

Referências

ALMEIDA, Magdalena Maria de. **Samba de Coco e Políticas Públicas**: patrimônio e formação cultural em Pernambuco. – Brasília: FCP, 2013.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação**. 33ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1995.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Pág. 424 a 495, Brasília: MEC, SEB, DILEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 2003**.

["http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.639-2003?OpenDocument"](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.639-2003?OpenDocument) 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm . Acesso em 13/01/2021, às 10h e 37min.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

DURKHEIM. E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

GERHARD, T. E. e SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. – Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 03/04/2022

RECEIVED: 03/05/2022

RECIBIDO: 03/05/2022

APROVADO: 27/06/2022

APPROVED: 27/06/2022

APROBADO: 27/06/2022

**School Education in the
Quilombola Community: an
analysis from the law 10.639/03
ABSTRACT**

The present work seeks to analyze Quilombola Education from the implementation of Law 10.639/03. In order to carry out this research, a field study was carried out in a public municipal school located in the city of Caetés-PE. The theoretical foundation is based on authors such as Carlos Brandão (1995) and Magdalena Almeida (2013). The National Curriculum Parameters and the National Curriculum Guidelines for Basic Education were also used to elucidate important issues in this discussion. The methodological organization is guided by a qualitative research in order to understand how Law 10.639/03 contributes to the teaching/learning process of ethnic, social and racial equality of the quilombola community and school. At the end of the research, it was possible to realize that the expansion of public policies aimed at quilombola education is necessary, as well as to adapt them to local needs, considering the school and community's context with regard to valuing their cultures, experiences and histories.

Keywords: Education. Quilombola Education. Law 10.639/03.

**Educación Escolar en la
Comunidad Quilombola: un
análisis desde la ley 10.639/03
RESUMEN**

El presente trabajo busca analizar la Educación Quilombola a partir de la implementación de la Ley 10.639/03. Para llevar a cabo esta investigación, se realizó un estudio de campo en una escuela pública municipal ubicada en la ciudad de Caetés-PE. La fundamentación teórica se basa en autores como Carlos Brandão (1995) y Magdalena Almeida (2013). Los Parámetros del Currículo Nacional y las Directrices del Currículo Nacional para la Educación Básica también se utilizaron para dilucidar cuestiones importantes en esta discusión. La organización metodológica está guiada por una investigación cualitativa con el fin de comprender cómo la Ley 10.639/03 contribuye al proceso de enseñanza/aprendizaje de la igualdad étnica, social y racial de la comunidad y escuela quilombolas. Al final de la investigación, se pudo percatarse que es necesaria la ampliación de políticas públicas dirigidas a la educación quilombola, así como adecuarlas a las necesidades locales, considerando el contexto de la escuela y la comunidad en cuanto a valorar sus culturas, experiencias y historias.

Palabras clave: Educación. Educación Quilombola. Ley 10.639/03.